

A social-democracia e o feminismo revolucionário de Alexandra Kollontai

Joana El-Jaick Andrade

210

Resumo: O relevante papel desempenhado pelas militantes socialistas no período histórico que antecedeu a Primeira Guerra Mundial possibilitou a criação de grupos femininos organizados no interior dos partidos social-democratas europeus. Tais grupos concebiam a luta pela emancipação da mulher como parte integrante do projeto emancipatório socialista, cuja concepção radical de igualdade afastaria todas as formas de opressão. O trabalho em questão pretende analisar a contribuição de Alexandra Kollontai – célebre revolucionária russa – para a constituição de um movimento feminista revolucionário no âmbito da social-democracia, através do desenvolvimento e organização de estratégias de ação das “novas mulheres revolucionárias”.

Palavras-chave: Feminismo, Marxismo, Social-Democracia

The Social democracy and Alexandra Kollontai’s revolutionary
feminism

Abstract: The significant role played by militant socialist women during the historic period before the First World War led to the creation of many feminine groups inside social democratic parties in Europe. These groups understood the struggle for women's emancipation as been a part of a wider emancipator socialist project, embracing a radical conception of equality which would exclude all forms of oppression. The paper intends to analyze the contribution of Alexandra Kollontai – famous Russian revolutionary – to the formation of a revolutionary feminist movement within the social democracy, and her importance to the development and organization of action strategies for the “new revolutionary women”.

211

Keywords: Feminism, Marxism, Social democracy.

As profundas transformações econômicas, políticas e sociais em processo na Europa no final do século XIX e início do século XX, decorrentes da expansão industrial e do predomínio das relações de produção capitalistas, afetaram indelevelmente inúmeros aspectos da vida privada. O crescimento das cidades, o surgimento de novas técnicas de produção, a ruína dos pequenos camponeses, a precarização da indústria doméstica ou “à domicílio” e a implementação do grande sistema fabril elevaram o grau de insegurança dos trabalhadores e provocaram a rearticulação das relações

sociais e da organização tradicional da família (THERBORN, 2006). Neste sentido, o ingresso de mulheres e crianças no mercado de trabalho, conforme observado por Engels em “A situação da classe operária na Inglaterra”, de 1844, pode ser compreendido como um aspecto social relevante vinculado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Segundo Michele Perrot, em 1906 o trabalho industrial absorveria apenas uma pequena parte da mão-de-obra feminina da Europa – somente 25%, enquanto 36% estariam empregadas em trabalhos à domicílio e 17% em trabalhos domésticos, estando as demais empregadas no setor terciário (PERROT, 2005, p.195). Malgrado a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, sua opressão e dominação no âmbito familiar e sua exclusão da esfera pública persistiam. Basta lembrar que o sufrágio feminino só foi estabelecido antes de 1914 em parte dos Estados Unidos (1893), na Nova Zelândia (1893), Austrália (1903), Finlândia (1906) e Noruega (1913) (ELEY, 2005 p.46).

Como Geoff Eley atenta, “a industrialização não subverteu tanto os velhos padrões de subordinação feminina, mas antes, os reproduziu sob novas formas” (ELEY, 2005, p.48). À exploração das mulheres em profissões precárias, serviços domésticos, indústrias de suadouro, trabalhos informais e na prostituição somou-se a desvalorização social refletida nos níveis inferiores de salário, na sujeição à

autoridade masculina paterna e marital e na dificuldade de sua integração a associações políticas e sindicais.

A forte resistência encontrada no meio operário à incorporação das mulheres refletia não apenas o apego a valores tradicionais e a preocupação com a dissolução ou arrefecimento dos laços familiares, mas, sobretudo, uma reação ao que representaria um rebaixamento quase generalizado dos salários. Com efeito, além da miséria, exploração e reificação, típicas da sociedade burguesa, as trabalhadoras enfrentavam ainda a tirania familiar e os entraves impostos por relações de dependência material, política e psicológica¹.

Tal situação conduziu a uma forma particular de inserção das mulheres nas fileiras do movimento operário. Ao mesmo tempo em que procuravam engajar-se nos órgãos e instituições de classe, exigindo a inclusão de suas demandas à pauta reivindicatória, constituíam grupos exclusivamente femininos² que se debruçavam sobre questões específicas

213

¹ Cabe lembrar que na maioria dos países europeus o regime jurídico que regulava as relações familiares havia se espelhado no Código Civil Napoleônico de 1804, que consagrava o poder marital e a subordinação total das mulheres e filhos ao marido/pai. Em seu artigo 213, o Código dispunha: "O marido deve proteção à mulher; a mulher, obediência a seu marido" (GUTIÉRREZ, 1984, p. 42).

² Neste artigo aderimos à distinção histórica entre movimentos femininos (ou de mulheres) e movimentos feministas, realizada por Josette Trat no "*Dictionnaire critique du féminisme*" (2000, p.125-126). Segundo a autora, os movimentos populares femininos seriam abrangentes e diversificados no tocante aos seus objetivos, não abordando exigências específicas das mulheres, como a oposição a formas de categorização universalizantes e de hierarquias sexuais. Já os movimentos feministas, originados a partir de meados do século XIX, teriam como objetivo a mobilização política e luta

das mulheres. Assim, as mulheres forjaram múltiplas estratégias de resistência com vistas à assunção de um papel mais ativo e significativo no interior do movimento operário. Carlos Bauer nos oferece vários exemplos deste tipo de organização:

em muitos lugares da Europa e da América, a persistente negativa dos sindicatos em admitir as trabalhadoras levou-as a constituir sindicatos femininos. Surgiram associações nas mais diversificadas profissões. Na indústria têxtil algodoeira inglesa estas sociedades protagonizaram importantes lutas em defesa de melhorias salariais na perspectiva de equiparação com os dos salários masculinos. O movimento feminista deu apoio absoluto a criação destas organizações sindicais específicas (BAUER, 2001, p. 83-84).

Esta orientação manifestou-se, inclusive, no cerne do movimento socialista, entrando em contradição com o princípio segundo o qual a luta pela emancipação da mulher seria indissociável da luta de classes, pois aquela seria parte integrante de um projeto mais amplo e radical de igualdade que visa acabar com todas as formas de opressão. Sob este

coletiva das mulheres pela transformação social e reconhecimento de sua condição enquanto grupo especificamente e sistematicamente oprimido.

prisma, portanto, somente a transformação revolucionária da sociedade – a abolição da exploração capitalista e a construção de uma ordem social socialista – poderia dar origem a um sistema verdadeiramente igualitário, que conferisse validade e efetividade aos preceitos legais que na sociedade burguesa só possuem existência formal.

Destarte, conforme os ensinamentos de Marx e Engels, haveria uma inter-relação entre a dominação de classe e a dominação de gênero, no âmbito da família, de forma que a superação de ambas só poderia ocorrer a partir da profunda e radical transformação social, mediante a socialização dos meios de produção:

A família individual moderna está baseada na escravidão doméstica, transparente ou dissimulada, da mulher (...) é o homem que, na maioria dos casos, tem de ser o suporte, o sustento da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado (ENGELS, 2000, p. 80).

Aderindo à concepção socialista, parte significativa das mulheres operárias passou a clamar pela redefinição radical de poder nos espaços público e privado como parte de um projeto de refundação da sociedade sobre novas bases, de forma a eliminar todas as formas de opressão e superar

relações sociais hierarquizadas construídas historicamente, típicas da sociedade patriarcal capitalista³.

Como afirmara Rosa Luxemburgo, a luta de classes proletária ampliou os horizontes das mulheres trabalhadoras “tornando suas mentes flexíveis, desenvolvendo seu pensamento e apontando para o grande objetivo a que deveriam dirigir seus esforços” (LUXEMBURGO, 2007)⁴. Desta forma, segundo a autora, o socialismo teria conseguido proporcionar o “renascimento” da massa de mulheres proletárias. Tal renascimento implicaria o questionamento da posição ocupada pela mulher na sociedade burguesa, a ruptura com os valores tradicionais religiosos e patriarcais, a rejeição da moral burguesa, o reconhecimento do seu direito de voto, associação e expressão, o anseio pela conquista de sua independência econômica e a luta pela construção de sua

³ Utilizamos a concepção de patriarcado subjacente à análise de Christine Delphy (1998), para quem distingue uma ordem econômica e social de caráter histórico, marcada pela hierarquia e pela subordinação política, material e simbólica das mulheres. Deste modo, Delphy não aderi a uma perspectiva dualista que realize uma separação entre patriarcado e capitalismo, ainda que um não seja redutível ao outro. Cabe ressaltar, igualmente, nosso distanciamento em relação às concepções essencialistas ou biologizantes relativas aos estudos de gênero. Assim como Heleieith Saffioti (2004, p. 138), consideramos que “não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva”. Ainda de acordo com a autora, “o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma o patriarcado é um caso específico das relações de gênero” (Saffioti, 2004, p. 119). Deste modo, justifica-se a utilização simultânea dos conceitos de gênero (enquanto representações históricas do feminino e do masculino) e de patriarcado (enquanto categoria histórico-política).

⁴ Discurso de 12/05/1912, intitulado “*Women's Suffrage and Class Struggle*”.

individualidade através do seu livre desenvolvimento intelectual e profissional.

Ao colocarem em questão as relações de gênero e de classe presentes na ordem burguesa partindo em defesa da reformulação do papel feminino, uma nova concepção de mulher passou a emergir. Michelle Perrot aponta algumas especificidades destas mulheres, que, em sua visão

não são nem passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar a sua história (...). Afirmam-se por outras palavras, por outros gestos. Na cidade, até mesmo na fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que frustram a racionalidade do poder e estão diretamente enxertadas em seu uso próprio do espaço e do tempo (PERROT, 2005, p. 222).

A revolucionária russa Alexandra Kollontai foi uma das primeiras teóricas a identificar o surgimento, nas décadas de 1870 e 1880, deste novo tipo de mulher, forjado “na luta pesada da necessidade vital”, cujo perfil psicológico diferiria completamente dos anteriormente conhecidos: “uma mulher com novas necessidades e emoções, plena de luminosidade e encanto” (KOLLONTAI, 2005, p.44). Estas mulheres enfrentariam “a velha e decadente ordem da vida”, através da ação, da luta e do “trabalho construtivo” (KOLLONTAI, 2005,

p.173). Logo, criariam condições para a conquista de sua completa independência e para a livre formação de sua personalidade, com base no princípio da camaradagem e da solidariedade.

As transformações operadas no interior da sociedade capitalista e a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho teriam levado à adaptação das mulheres trabalhadoras às novas condições de existência, exigindo-lhes a incorporação de valores considerados “masculinos” – como firmeza, decisão e energia. Sendo assim, as “virtudes femininas” – passividade, submissão, doçura – que lhes foram inculcadas durante séculos, tornar-se-iam agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. A dura realidade exigiria outras qualidades nas mulheres trabalhadoras (KOLLONTAI, 2005, p.17).

Embora Kollontai dê destaque ao processo de proletarianização feminina, e sua conformação a categorias supostamente universalizantes que estão calcadas em atributos sociais considerados masculinos (a disciplina, a rigidez, a força e a racionalidade), a autora mostra-se atenta ao aspecto paradoxal deste fenômeno, uma vez que a homogeneização da classe trabalhadora não é atingida. Assim, mesmo ao ingressar em ramos industriais, o sexo permanece um mecanismo de distinção e hierarquia. A divisão sexual do trabalho reservaria as ocupações mais

monótonas, repetitivas e precárias às mulheres⁵, como por exemplo nas indústrias alimentar, química, têxtil e em setores terciários (Michel Perrot, 2007:119).

As mulheres trabalhadoras constituiriam, então, uma vanguarda, integrando em suas fileiras representantes das diversas camadas sociais, que clamavam por independência econômica, autonomia e individualidade. Portanto, “as mulheres do novo tipo, celibatário e independente, ao se libertarem, libertam o espírito agrilhoado durante séculos, de outras mulheres ainda submissas” (KOLLONTAI, 2005, p.19):

Ao arrancar do lar, do berço, milhares de mulheres, o capitalismo converte essas mulheres submissas, escravas obedientes dos maridos, num exército que luta pelos seus próprios direitos e pelos direitos e interesses da comunidade humana. Desperta o espírito de protesto e educa a vontade. Tudo isto contribui para que se desenvolva e fortaleça a individualidade da mulher.” (p.20).

219

⁵ Helena Hirata (2002), ao analisar as particularidades e metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo do trabalho sob a nova forma de organização da produção pós-fordista ou toyotista, destaca a sobrevivência de tal diversidade na gestão da força de trabalho: o trabalho manual, intensivo e repetitivo ainda é predominantemente atribuído às mulheres, sendo que aquele mais dotado de atributos e conhecimentos técnicos é predominantemente destinado aos homens. As mudanças na estrutura produtiva, marcada pela flexibilização do trabalho, levariam à revalorização de virtudes antes relacionadas ao caráter feminino (criatividade, polivalência, integração de tarefas, adaptabilidade e capacidade de trabalhar em equipe). Contudo, segundo Hirata, é possível observar, em geral, uma maior vulnerabilidade, precarização, informalidade, dispersão e atomização do trabalho das mulheres, dadas as mudanças nas modalidades de emprego (trabalho a domicílio, teletrabalho, formas ditas ‘atípicas’ de emprego, ‘tempo parcial’ ou de ‘meio-período’).

O despertar da consciência da comunidade de interesses constituiria laços sentimentais e espirituais entre os membros da classe trabalhadora, uma sensibilidade recíproca que se manifestaria através de uma “unidade de ação e de vontade na criação comum”. Deste modo, a “tarefa da ideologia proletária não é, pois, separar das suas relações sociais o amor, mas dar-lhe novo colorido. Ou seja, visa desenvolver o sentimento do amor entre os sexos, baseado na mais nova e poderosa força: a solidariedade fraterna” (KOLLONTAI, 2005, p.158).

As “novas mulheres revolucionárias” – originadas de diferentes classes sociais, porém firmemente engajadas na causa proletária – possuiriam, assim, visão de mundo e prática política substancialmente distintas das gerações passadas, estando imersas na luta revolucionária como legítimos sujeitos do processo histórico. Neste sentido, conforme atenta Kollontai, a tarefa fundamental da social-democracia deveria consistir na mobilização do potencial transformador destas mulheres com vistas ao objetivo revolucionário. Assim, a conscientização e organização das mulheres seria condição *sine qua non* para a vitória do movimento operário, uma vez que retiraria da burguesia seu derradeiro recurso: a exploração capitalista de sua “última vítima indefesa”⁶:

⁶ Discurso proferido por Alexandra Kollontai em Stuttgart (1907), na “Primeira Conferência de Mulheres Socialistas”.

O novo tipo de mulher, que é interiormente livre e independente, corresponde, plenamente, à moral que elabora o meio operário no interesse de sua própria classe. A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas. Não quer mulheres sem personalidade, no matrimônio e no seio da família, nem mulheres que possuam virtudes femininas – passividade e submissão. Necessita de companheiras com uma individualidade capaz de protestar contra toda servidão, que possam ser consideradas como um membro ativo, em pleno exercício de seus direitos, e, conseqüentemente, que sirvam à coletividade e à sua classe. (KOLLONTAI, 2005, p.18)

221

Contudo, a libertação feminina ainda enfrentaria sérios obstáculos para sua concretização. Mesmo entre homens e mulheres adeptos da causa socialista, a emancipação da mulher aparecia com freqüência como questão menor, ou mesmo irrelevante, dentre aquelas relacionadas na pauta do partido. Como lembra Kollontai em sua autobiografia, referindo-se à época de eclosão da primeira revolução na Rússia:

Ainda naquele período eu percebi quão pouco nosso partido se preocupava com a sorte das mulheres da classe trabalhadora e quão pequeno

era o seu interesse na libertação feminina. (...) Foi muito difícil ganhar meus companheiros para essa idéia. Eu estava completamente isolada com minhas idéias e demandas (KOLLONTAI, 2007, p. 37-38).

A luta de Kollontai para incluir a questão feminina como um dos objetivos da luta no programa social-democrata tinha implicações práticas bem claras. Para a autora, a indiferença de socialistas em relação ao despertar da consciência política das mulheres abriria caminho para a sua cooptação por organizações femininas de caráter burguês – tais como a Aliança por Igualdade das Mulheres e o Partido Progressista Feminino na Rússia – puramente dedicadas à reivindicação de mudanças parciais na legislação.

Os apelos das “feministas burguesas” à união de todas as mulheres, independentemente de sua condição social, em prol da extensão do sufrágio e ampliação de direitos civis e políticos, segundo Kollontai, somente encobriria os profundos laços de exploração vinculados à estrutura econômica e social capitalista responsáveis pela opressão das mulheres trabalhadoras. Em lugar de colocar em questão as bases sociais da exploração, dependência e submissão feminina, as “feministas” e sufragettes reduziram a luta à conquista da igualdade formal e da assunção de uma posição mais confortável, principalmente para as mulheres oriundas das

classes privilegiadas, dentro de um sistema opressivo e desigual:

Para a maior parte das mulheres do proletariado, direitos iguais aos dos homens significaria apenas uma igual divisão na iniquidade, mas para as “poucas escolhidas”, para as mulheres burguesas, abriria as portas para direitos e privilégios sem precedentes que até hoje têm sido desfrutados somente pelos homens burgueses. Mas cada nova concessão ganha pelas mulheres burguesas daria a elas uma nova arma para a exploração de suas jovens irmãs e aumentaria a separação entre as mulheres dos dois campos sociais opostos (KOLLONTAI,1984)⁷.

223

No entanto, a ênfase no objetivo final revolucionário não representaria a renúncia à mobilização por reformas parciais que elevassem o status e a condição das mulheres trabalhadoras, mesmo nos estreitos limites do sistema burguês. Ao contrário, Kollontai percebe estes avanços como meios importantes para a intensificação da luta de classes com vistas à real aquisição de direitos iguais, liberdade, autodeterminação, harmonia e justiça – algo inatingível sob o regime de produção capitalista. Para tanto, a luta não poderia se dar “em oposição aos homens”, mas sim pela atuação

⁷ Cf. KOLLONTAI, A. The social basis of the women question (1909). **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

conjunta e solidária de homens e mulheres proletários, unidos em função de sua consciência de classe.

A atuação política de Kollontai, portanto, revelou-se essencial para a organização sistemática das mulheres no interior da social-democracia russa. Em 1907, tal esforço vê-se materializado na Conferência Internacional das Mulheres Socialistas e na constituição do “Clube das Mulheres Trabalhadoras”. As participantes deste grupo posicionavam-se criticamente tanto em relação às feministas burguesas quanto em relação aos entraves à sua ação encontrados dentro das próprias organizações operárias⁸. Deste modo, as socialistas conseguiram apresentar-se como grupo autônomo e distinto no Congresso de Mulheres da Rússia, convocado pelas sufragistas burguesas em 1908, demarcando, nas palavras de Kollontai (2007, p. 40), “uma clara linha entre as sufragistas burguesas e o movimento de libertação feminina da classe trabalhadora na Rússia”.

Neste sentido, o paradigma da “nova mulher revolucionária”, representante da nova postura assumida por grupos de mulheres no final do século XIX e início do século XX, atingiu seu auge na Rússia durante a primeira década do

⁸ Como Alexandra Kollontai nos mostra em sua autobiografia: “Meus camaradas de partido acusaram a mim e àquelas mulheres que compartilhavam meu ponto de vista de sermos “feministas” e atribuir demasiada ênfase às questões que diziam respeito apenas às mulheres. (...) exigia do partido que ele abraçasse a causa de libertação feminina. Isso nem sempre foi uma tarefa fácil. Muita resistência passiva, pouca compreensão, e ainda menor interesse para esse objetivo se apresentavam, reiteradamente, como obstáculos no caminho” (KOLLONTAI, 2007, p. 40-43).

século XX. A organização das mulheres e sua ampla adesão a greves e ações de massa que se tornaram notórias nos anos de 1905 e 1906⁹, intensificaram-se ainda mais. A negação do direito ao voto feminino para as eleições da Duma não esmaeceu o ímpeto transformador das organizações socialistas feministas emergentes, que passaram a avivar sua atuação, constituindo-se como um movimento de massas. Kollontai teve importante participação neste projeto, através de sua atividade jornalística e militante, intensificada nos anos em que passa no exílio, de 1908 até 1917, tendo estabelecido contato com os movimentos socialistas da Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Suíça, Itália, Dinamarca, Noruega e Estados Unidos, entre outros países.

225

A partir de 1914 e a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o movimento das mulheres trabalhadoras pode florescer com maior vigor e energia. A militância contra a guerra e a entrada de grande número de mulheres no mercado de trabalho propiciou maior engajamento e crítica em relação à condição da mulher na sociedade capitalista e sua dupla exploração, na esfera doméstica e laboral. Dois periódicos destinados às mulheres trabalhadoras foram lançados e em 8 de março de 1914 foi realizado o Congresso Internacional de Mulheres Trabalhadoras.

⁹ Cf. KOLLONTAI, A. On the history of the movement of women workers in Russia (1919). **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

A Revolução de 1917 testemunhou uma nova onda de radicalização das mulheres, que conseguiram levar adiante um extenso rol de reivindicações vinculadas à questão de gênero. Neste contexto, uma vez vitoriosa a revolução, tratava-se não apenas de concretizar seus ideais de igualdade, há muito tempo prometidos, mas também de expandir o movimento das mulheres trabalhadoras no âmbito internacional, como forma de auxiliar a propagação da revolução socialista nos demais países da Europa.

O papel desempenhado por Kollontai durante os primeiros anos da revolução, seja através de sua nomeação como Comissária do Povo para o Bem-Estar Social (1918-1922)¹⁰ seja pela organização política das mulheres no Primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras de toda a Rússia (1918) e criação do *Zhenotdel* – seção feminina do Partido Comunista – foi fundamental para o reconhecimento dos direitos e liberdades das mulheres. Tratava-se, portanto, de estimular e promover a participação política das mulheres na vida pública e na formulação dos projetos sociais. Neste sentido, corroborava o entendimento de Lênin que, em discurso de 22 de fevereiro de 1920, observou que

¹⁰ Como ressalta Kollontai (2007, p.65), dentre as atribuições do Ministério incluíam-se: "todo o programa de assistência aos mutilados de guerra (...), o sistema de pensão em geral, casas para crianças abandonadas, casas para os idosos, orfanatos, hospitais para os necessitados, as oficinas de manufatura de próteses, a administração de fábricas de baralho, o sistema educacional, hospitais clínicos para mulheres. Além de toda uma série de institutos educacionais para meninas (...)".

existe uma longa distância entre igualdade na lei e igualdade na vida; para que as mulheres trabalhadoras alcancem a igualdade em relação aos homens é fundamental que cada vez mais tomem parte na administração dos negócios públicos e do Estado. (...) o proletariado não conseguirá alcançar a completa liberdade a não ser que alcance a completa liberdade para as mulheres (LÊNIN, 2007).

Segundo Kollontai, a Revolução Russa de 1917 teria inaugurado uma nova etapa da história da humanidade. Com efeito, apenas entre 1917 e 1930 foram criados 301 decretos e resoluções do partido concernindo a mulher – incluindo a legislação sobre o divórcio, o casamento civil, a igualdade entre marido e mulher, a igual remuneração para ambos os sexos, o acesso da mulher à terra, a legalização do aborto, além do Código de Família Russo, de 1926, que introduzia o reconhecimento dos casamentos *de facto* e a igualdade de condições entre filhos legítimos e ilegítimos (ELEY, 2005, p. 229)¹¹. Além disto, foram concebidos projetos de proteção à maternidade e à infância, incluindo a concessão de benefícios sociais e a criação de creches. A profundidade de tais

227

¹¹ Cabe notar que o Terceiro Congresso em junho de 1921 aprovou diversas resoluções sobre o tema, dispostas na forma de tarefas dos partidos membros. No Quinto Congresso, em 1924, foi adotado um programa de “igualdade total entre homens e mulheres perante a lei e na vida social; de reforma radical da legislação sobre o casamento e a família” (THERBORN, 2006, p. 129).

mudanças, para a autora, só poderia ser produto de um processo revolucionário, pois “somente as frescas tempestades revolucionárias” seriam “fortes o bastante para varrer velhos preconceitos contra a mulher e somente as pessoas com trabalho produtivo podem igualar e liberar completamente a mulher, construindo uma sociedade nova” (KOLLONTAI, 2007, p. 80).

Embora Kollontai saudasse com otimismo as mudanças introduzidas pelo governo revolucionário quanto aos direitos da mulher¹², suas idéias referentes à transformação do matrimônio e da moral sexual e à dissolução da família como unidade isolada econômica e emocionalmente não chegaram a ser concretizadas. Como observara a autora,

No fim das contas, havia ainda a tarefa infinda, a libertação das mulheres. As mulheres, é claro, tinham recebido todos os direitos, mas na prática viviam ainda sob a velha opressão: sem autoridade na vida familiar, escravizadas por mil tarefas domésticas, carregando todo o fardo da maternidade, mesmo os cuidados materiais, porque agora muitas mulheres conheciam a vida desacompanhada, em conseqüência da guerra e de outras circunstâncias (KOLLONTAI, 2007:71).

¹² Cf. KOLLONTAI, A. What has the October Revolution done for women in the west? (1927). **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

Para a revolucionária, o Estado deveria assumir gradualmente os encargos e tarefas de educação e manutenção das crianças, liberando as mulheres do serviço doméstico. Sendo assim, caberia aos soviets contribuir igualmente para a promoção entre as mulheres da consciência da luta por direitos iguais, envolvendo-as no trabalho comunal e nas questões públicas do Estado.

Em seu livro “A nova mulher e a moral sexual”, escrito em 1918, Kollontai realizara uma contundente crítica à moral burguesa ainda prevalecte na mentalidade de homens e mulheres russos. Segundo a autora, resquícios das velhas concepções prender-se-iam ao espírito da mulher que busca sua libertação, de modo que “o antigo e o novo se encontram em contínua hostilidade na alma da mulher”. Deste modo, seria preciso romper com a mentalidade patriarcal e erigir o amor e a sexualidade sobre novas bases: igualdade, respeito mútuo, companheirismo e solidariedade. Seria, portanto, tarefa da revolução promover as imprescindíveis mudanças nos costumes e na moral, de acordo com os princípios da cultura proletária. Assim,

A reeducação da psicologia da mulher, necessária às novas condições de sua vida econômica e social, não pode ser realizada sem luta. Cada passo dado nesse sentido provoca conflitos, que eram completamente desconhecidos das heroínas antigas. São esses conflitos que inundam a alma

da mulher, os que pouco a pouco chamam a atenção dos escritores e acabam por converter-se em manancial de inspiração artística. A mulher transforma-se gradativamente. E de objeto da tragédia masculina converte-se em sujeito de sua própria tragédia (KOLLONTAI, 2005, p. 21-22).

As mulheres celibatárias procurariam conscientemente substituir o sentimentalismo exagerado pela autodisciplina, a submissão e anulação de sua personalidade pela apreciação da liberdade e independência, a sua “hipócrita máscara de pureza” pela busca pela satisfação sexual, a sua condição de sombra ou reflexo do homem pela afirmação da sua individualidade. Para tanto, seria “preciso que se abram para a mulher as múltiplas portas da vida. É preciso endurecer o seu coração e forjar a sua vontade. Já é hora de ensinar à mulher a não considerar o amor como a única base da sua vida e sim como uma etapa, como um meio de revelar seu verdadeiro eu.” (KOLLONTAI, 2005, p. 39).

Somente a nova sociedade socialista, edificada sobre o princípio da camaradagem, da colaboração e da solidariedade, seria capaz de desenvolver “o potencial de amor”. Logo, a ideologia proletária procuraria educar e reforçar em cada um dos membros da classe operária sentimentos de empatia diante dos sofrimentos, das necessidades dos seus camaradas de classe, estimulando a sua união com outros membros da coletividade e a difusão do

amor (em sentido amplo) enquanto sentimento que une os indivíduos e reforça laços coletivos:

Amar sempre, amar profundamente, em todos os momentos da nossa vida, amar sempre e cada vez com maior abnegação, é o destino de todo grande coração. O amor em si é uma grande força criadora. Engrandece e enriquece a alma daquele que o sente, tanto como a alma de quem o inspira. Se a humanidade não tivesse amor, sentir-se-ia roubada, deserdada e desgraçada. O amor será seguramente o culto da humanidade futura (KOLLONTAI, 2005, p. 36).

Desta mesma forma, o casamento deveria ser visto como uma união livre de iguais, unidos por laços de companheirismo e afinidade. A transformação fundamental da psicologia humana e seu enriquecimento “no potencial do amor” converteria as relações entre os sexos em relações impregnadas de verdadeiro amor, dotadas de uma afinidade real, isto é, em uniões sexuais que nos tornariam efetivamente felizes, sem consumir-nos as energias criativas por completo. Kollontai visa, portanto, a superação do individualismo grosseiro, do egocentrismo e da instrumentalização do outro, promovidos pela moral burguesa. Seriam reconhecidas todas as formas de união entre os sexos, embora a forma fundamental de relação continuasse

baseada na união monogâmica dissolúvel, fundada no amor verdadeiro, no concubinato ou na monogamia sucessiva.

Para tanto, educar-se-ia e preparar-se-ia a psicologia humana para o verdadeiro amor através do “amor-jogo” ou “amizade erótica”, fundado na simpatia mútua, atenção, delicadeza e atitude solícita em relação ao outro. Os indivíduos permaneceriam unidos por inumeráveis laços sentimentais e psíquicos. A nova sociedade, apresentaria-se, assim, como coletivista também em seu espírito e suas emoções, caracterizada pela união feliz e relações fraternais entre os membros da coletividade trabalhadora. O amor, portanto, ocuparia um lugar de honra, como sentimento capaz de enriquecer a felicidade humana:

Quanto mais numerosos são os fios que se estendem entre as almas, entre os corações e as inteligências, mais solidez adquire o espírito de solidariedade e com maior facilidade pode-se realizar o ideal da classe operária: camaradagem e união (...). O ideal de amor da classe operária está baseado na colaboração no trabalho, na solidariedade de espírito e da vontade de todos os membros, homens e mulheres, e distingue-se, portanto, de modo absoluto da noção que tinham do amor as outras épocas da civilização (KOLLONTAI, 2005, p. 124-125).

Os postulados da nova moral proletária enunciados por Kollontai, no entanto, não foram bem acolhidos pelos membros do partido. Como revela em suas lembranças, “minhas teses, minhas idéias sobre sexo e moral, foram amargamente combatidas por muitos camaradas do partido de ambos os sexos” (KOLLONTAI, 2007, p.75). Paulatinamente, portanto, Kollontai viu-se afastada de seu papel como liderança política e de sua atividade militante junto às organizações femininas.

A partir da década de 1930, o avanço nas questões femininas na União Soviética estagnou, ou mesmo sofreu um retrocesso. Visando angariar o apoio de setores conservadores, muitas medidas foram revogadas pelo governo, de modo que nos 30 anos seguintes apenas 3 leis versavam sobre reivindicações femininas (ELEY, 2005, p.130). Assim, a luta feminista ficou relegada ao segundo plano e a participação política ativa das mulheres trabalhadoras foi desestimulada. Em seu lugar, o governo passou a voltar-se para políticas de caráter assistencialista, em nome da promoção do “bem-estar da família”. Como salientou Göran Therborn:

O que quer que tenha sido a dimensão feminista da Revolução Bolchevique, não foi nem oportunista nem simples decoração ideológica. Tratou-se de uma afirmação de princípio, muito difícil de realizar contra forte resistência e tenaz resiliência, mantida

com reservas pelos líderes soviéticos posteriores que, todavia, não puderam nunca abandoná-la completamente (THERBORN, 2006, p. 129).

Após dissentir com o PC e criticar a sua tendência à burocratização e proibição de facções, compondo o grupo “Oposição Operária”, Kollontai foi afastada da direção política do governo, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de embaixadora da Rússia na Noruega, México e Suécia (1923-1945). Deste modo, assumiu, até o fim de sua vida em 1952, o posto de conselheira em assuntos internacionais, com atribuições consultivas. Contudo, o legado de Kollontai, para o marxismo e sua vinculação teórica entre classe e gênero, concebidos como dimensões emancipatórias complementares e indissociáveis de um projeto democrático e libertário socialista, ainda hoje mostra-se fundamental.

234

Como a autora apresenta em sua “Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada”, escrita em 1926, a libertação completa da mulher trabalhadora e a criação das bases de uma nova moral sexual foram os centro de sua atividade teórica e política e igualmente a força diretriz que a impulsionou em todos os aspectos de sua vida. Sendo assim, a recuperação da contribuição de Kollontai e sua análise crítica representam hoje um instrumento com grande potencial emancipador e libertário à disposição das novas gerações de feministas e socialistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BEBEL, August. **Woman under socialism**. New York: New York Press, 1923.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n.11, 2000.

CLIFF, Tony. **Class Struggle and Women's Liberation**, 1984. Disponível em <www.marxists.org>. Acesso em fevereiro de 2007.

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal: Économie politique du patriarcat**. Paris: Syllepse, 1998.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia**: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ENGELS, F. **A origem da Família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Escala, 2000.

GUTIÉRREZ, Rachel. **O feminismo é um humanismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia/ IFCS, 1984.

HIRATA, Helena, et alli. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

_____. **Sobre la liberacion de la mujer**: seminário de Leningrado de 1921. Barcelona: Editorial Fontamara, 1979.

_____. **Marxisme & révolution sexuelle**. Paris: Maspero, 1977.

_____. **La oposición obrera**. Barcelona: Anagrama, 1976.

LENIN, V. **To the Working Women**. Disponível em <www.marxists.org> Acesso em Janeiro de 2007.

LUXEMBURG, Rosa. **Women's Suffrage and Class Struggle**. Disponível em www.marxists.org. Acesso em fevereiro de 2007.

PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero e marxismo**: um estudo sobre suas aproximações. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2003.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.